

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS KLÉBER SANTOS SILVA

**ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA PARA
OS ALUNOS DA ESCOLA JOÃO SILVINO**

CARUARU
2014

CARLOS KLÉBER SANTOS SILVA

**ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA PARA
OS ALUNOS DA ESCOLA JOÃO SILVINO**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Administração da Universidade
Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do
Agreste, como pré-requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Doutora Silvana Medeiros
Costa

CARUARU

2014

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4-1242

S586a Silva, Carlos Kléber Santos.
Análise dos benefícios do Programa Bolsa escola para os alunos da Escola João Silvino. / Carlos Kléber Santos Silva. – Caruaru: O autor, 2014.
47f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvana Medeiros Costa
Monografia (Trabalho de Conclusão de curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2014.
Inclui referências.

1. Programa Bolsa escola. 2. Programa Bolsa família. 3. Educação – Qualidade. 4. Escola João Silvino. 5. Evasão escolar. I. Costa, Silvana Medeiros. (Orientadora). II. Título.

658 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2014-139)

CARLOS KLEBER SANTOS SILVA

BEBEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA PARA OS ALUNOS DA
ESCOLA JOÃO SILVINO

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 22 de outubro de 2014

Prof. Cláudio José Montenegro de Albuquerque, Mestre
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Silvana Medeiros Costa, Doutora
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientadora

Prof. Luiz Sebastião dos Santos Júnior, Mestre
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinador

Profa. Maria das Graças Vieira, Doutora
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinadora

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial, aos meus pais a minha esposa e a minha filha por me ajudar nos momentos mais difíceis da minha vida pessoal e acadêmica.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”(SANTOS, 1997, pg.122 apud FARENZEMA, 2005).

AGRADECIMENTOS

É muito provável que eu me esquecerei de citar algumas pessoas que merecem estar nesta página do meu trabalho, no entanto, peço desculpas a essas que eu não citei seus nomes e envio meus agradecimentos e que Deus as abençoe.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois sei que sem Ele nada sou e nada posso. “E graças a Deus, que sempre nos faz triunfar em Cristo e, por meio de nós, manifesta em todo lugar o cheiro do seu conhecimento” 2 Co cap.2, ver.14.

Agradeço à Professora Doutora Silvana Medeiros Costa pela sua dedicação nos momentos necessários e que tive compreensão nos momentos difíceis da orientação deste trabalho, pois tenho certeza que não mediria esforços para me auxiliar novamente se necessário.

Agradeço também à Universidade Federal de Pernambuco e ao Centro Acadêmico do Agreste, pois eu não teria condições financeiras para concluir um curso superior em nenhuma Faculdade ou Universidade particular.

Agradeço ao o apoio das professoras que se disponibilizaram para me ajudar com suas contribuições nas entrevistas.

Agradeço à minha família, à minha esposa e à minha filha que são os principais agentes de força da minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

E por fim, agradeço a todos que me ajudaram em minha trajetória como estudante, pesquisador e cidadão.

RESUMO

Esta pesquisa analisa quais os benefícios que o programa Bolsa Escola trouxe para os alunos da escola João Silvino, visando à percepção de qualidade no ensino público brasileiro, principalmente no ensino fundamental criando uma relação com o programa citado acima. Para realizar esta pesquisa, foram traçados, segundo autores conhecidos no tema, qualidade no ensino, algumas linhas de pensamentos da definição de qualidade escolar. Com o intuito de conhecer a qualidade do ensino da escola João Silvino antes e depois do programa, foi realizada uma pesquisa explicativa e descritiva, com enfoque qualitativo. Foram pesquisados duas das quatro professoras que ministravam aula na escola João Silvino, no ano de 2013. O que ficou evidente é que a taxa de evasão escolar diminuiu muito depois da implantação do programa, no entanto, o que causa muita curiosidade é que esse benefício na evasão escolar não se traduz, por completo, em rendimento escolar. O que fica claro é que o aluno é obrigado está presente na sala de aula cumprindo com a meta do programa Bolsa Escola, a frequência tolerável de 15% de faltas mensais, portanto não existe uma maior regulamentação quanto à evolução da educação desses alunos contemplados pelo programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Família, Educação, Qualidade na Educação, Evasão Escolar, Escola João Silvino.

ABSTRACT

This research examines what benefits the Bolsa Escola program brought to the school students John Silvino, aiming to perceived quality in the Brazilian public education, especially in elementary school creating a relationship with the program mentioned above. To conduct this research, were plotted according to well-known authors on the subject, quality of teaching, some lines of thought of the definition of school quality. In order to know the quality of teaching school John Silvino before and after the program, an explanatory and descriptive study with qualitative approach was performed. Were surveyed two of the four teachers who taught classes at school John Silvino, in 2013. What became apparent is that the dropout rate has decreased a lot after the implementation of the program, however, which causes much curiosity is that this benefit in truancy is not translated, completely, in school performance. What is clear is that the student is required is present in the classroom fulfilling the goal of the Bolsa Escola program, the tolerable frequency of 15% of monthly absences, so there is greater regulation regarding the evolution of these pupils contemplated by program.

Keywords: Bolsa Escola, Bolsa Família Program, Education, Quality in Education, School Failure, John Silvino School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CO	Coríntios
CP	Capítulo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PBF	Programa Bolsa Família
PE 90	Rodovia Estadual de Pernambuco
PETI	Programa de Erradicação de Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
SUAS	Sistema único de Assistência Social
VER	Versículo
GRE	Gerência Regional de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1 – Organograma Geral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 Políticas públicas assistencialistas

2.1.2 benefícios assistencialistas

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

2.2.1 Programa bolsa escola

3. GESTÃO ESCOLAR

3.1 EVASÃO ESCOLAR

3.2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

3.3 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.1 Rendimento escolar

4. OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA PARA OS ALUNOS DA ESCOLA JOÃO SILVINO

4.1 METODOLOGIA

4.2 REALIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ

4.3 REALIDADE DAS FAMÍLIAS COM ALUNOS NA ESCOLA JOÃO SILVINO

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.5.1 A influência do programa bolsa escola sobre a escola João Silvino

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Neste tópico, serão tratados o Problema de Pesquisa, a Pergunta de Pesquisa, os Objetivos e as Justificativas.

No trabalho presente, estudei quais os benefícios que o programa bolsa escola traz para os alunos da escola João Silvino. Para realizar esse estudo, analisei quais os objetivos dos programas assistencialistas do Brasil, e em especial, do programa bolsa escola que está integrado no programa Bolsa Família. Decidi realizar este trabalho de monografia com esse tema, porque trabalho com crianças que são beneficiadas pelo programa e percebo que existe uma mudança no comportamento das crianças e dos pais das mesmas, com relação à frequência escolar. Essas crianças estão diminuindo o índice de faltas às aulas.

Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, é bastante oportuno um estudo aprofundado a respeito dos benefícios do programa. Desta forma, este trabalho visiona responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais os benefícios do programa bolsa escola para os alunos da Escola João Silvino?

Com o questionamento em mente, quais os benefícios que o programa bolsa escola trouxe de fato, realizei algumas pesquisas e não encontrei trabalhos científicos específicos referentes ao tema mencionado. Este estudo propôs fornecer mais informações sobre o tema a fim de ajudar a compreender como se deu o desenvolvimento do programa na escola João Silvino.

O programa bolsa escola tem por finalidade contribuir com a redução do índice de pobreza e extrema pobreza, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS (2014), colocando o aluno na escola que o é foco do programa, de certa maneira, existirá a ascensão social, pois se sabe que a educação é a variável mais eficiente nesse assunto “redução do índice de pobreza” isso em um pensamento a longo prazo. Dessa forma, o mesmo favorece e facilita a administração pública em sua gestão, tendo em vista que uma expressiva parcela da população brasileira, 6,3% segundo, CENSO 2010, IBGE, encontra-se na faixa de pobreza e extrema pobreza, o programa em questão e os demais programas assistencialistas, dão suporte financeiro a essas pessoas favorecendo uma melhor condição de vida para as mesmas o que, de certa forma, contribui para uma melhor gestão pública.

Dentre esses programas assistencialistas mencionados, encontra-se o programa bolsa família, que é composto por outros programas incluindo o programa bolsa escola, com esse suporte financeiro, que é financiado por esses programas assistencialistas. As pessoas que são

beneficiadas, terão melhor condição social e, em consequência, a administração pública municipal, estadual e federal, podem exercer com maior eficiência suas atividades, segurança, investimentos em saúde.

Percebo que com a ajuda dos programas assistencialistas, como é o caso do Bolsa Escola, houve uma melhora de condição social entre as famílias beneficiadas, no entanto, desejo saber, de fato, se e o quê, melhorou na educação das crianças que estudam na escola João Silvino, que são beneficiadas pelo programa citado à cima.

O objetivo geral desse trabalho de monografia è analisar quais os benefícios do programa bolsa escola para os alunos da Escola João Silvino e os objetivos específicos são compreender o perfil socioeconômico dos alunos da citada escola e verificar se também o programa contribuiu com a redução da evasão escolar como também verificar se o programa bolsa escola influencia na qualidade do aprendizado.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Segundo (MEYERPIRE, 2014), a Administração Pública Federal compreende a administração direta, na qual se constitui a abrangência da Gestão Pública, deve ser considerada muito mais ampla que a abrangência institucional de Administração Pública Federal. Sabe-se que a Administração Pública Federal compreende a administração direta, na qual se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e a administração indireta, que se constitui de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, nas seguintes categorias: autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista.

Ainda segundo MEYERPIRE, 2014, além dessas categorias discriminadas no Decreto-lei n.º 200/67, existem outras entidades de administração indireta, como os Serviços Sociais Autônomos, considerados como entidades paraestatais de cooperação, os Fundos Especiais e as recém categorias introduzidas (não criadas, pois foram baseadas no modelo norte-americano) pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Têm-se como exemplo destas as Agências Autônomas ou Agências Executivas, Organizações Sociais e as Agências Reguladoras.

Em face disso, a gestão pública engloba a gestão de recursos públicos gerenciado por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que seja contemplada no Orçamento Geral da União – O.G.U, Fiscal, Seguridade Social ou de Investimentos, (MEYERPIRE, 2014).

2.1 Políticas públicas

Para BITTAR, M. (2006) as políticas públicas devem ter como foco uma reorganização da sociedade, pautada pela justa distribuição de bens materiais e culturais e determinada a construir a cidadania e ainda devem buscar a minimização das desvantagens de países emergentes frente ao mundo desenvolvido.

2.1.1 Políticas públicas assistencialistas

Segundo (VALLA; STOTZ, 1994), as possibilidades de reprodução da vida das classes trabalhadoras supõem uma redefinição do papel das políticas públicas. O problema diz respeito, sobretudo, às superações do “lugar consagrado” que a saúde, o saneamento, a habitação... ocupam na política. Ainda segundo o autor, VALLA, 1994, uma maior presença do Estado na sociedade é condição para a cidadania universal.

Para (RODRIGUES, 2000) a solidariedade é o cimento que dá liga à sociedade. Se fosse deixada para seguir seu rumo sem controle, a solidariedade orgânica provocaria a desintegração da sociedade, isto é, a ausência de regras, o caos. Se isso não ocorre por completo é porque a consciência coletiva ainda se mantém de alguma forma.

A cidadania que o escritor, VALLA (1994), se refere é o direito que as pessoas devem ter para viver de maneira digna, ter acesso à saúde; à moradia; a boa alimentação..., no entanto esse acesso é, muitas vezes, impossível devido aos baixos salários, custos muito alto com alimentação (mesmo que, muitas vezes, precárias)..., daí vem a necessidade dos benefícios assistencialistas, é justamente para amenizar esse déficit de moradia, saúde, alimentação, existente nas classes mais desfavorecidas.

Segundo (STOTZ, 1994), a questão final consiste em definir melhor o significado da democratização do Estado para as diferentes classes e grupos sociais em esclarecer que segmentos da sociedade civil se estão falando quando a questão entre direitos individuais e direitos sociais são propostas como problema.

Os membros das classes dominantes têm um maior controle sobre o seu destino na medida em que dispõe de recursos para compensar as adversidades diárias (casas de campo, automóveis, lazer diário, refeições nutritivas etc.). Individualmente, os membros das classes dominadas exercem pouco ou nenhum controle sobre o seu destino, (VALLA; STOTZ, 1994). Daí a necessidade de existir as políticas assistencialistas. Como vimos no parágrafo anterior as classes dominadas precisam de auxílio para enfrentar as “adversidades diárias”

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS (2014), a assistência social é uma política pública não contributiva e é dever do Estado e direto de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil, estão a constituição federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei orgânica da assistência social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

A Lei orgânica da assistência social (Loas) foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da república no dia 7 de dezembro de 1993. A Loas determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. A IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou, então, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Cumprindo essa deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome implantou o Suas, que passou a articular meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

Segundo (MDS, 2014), as atribuições do sistema único de assistência social (Suas) é organizar a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos – enfim, a todos que dela necessitarem.

A Lei N° 8.742 de 7 de dezembro 1993 faz saber os objetivos da assistência social

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho de a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

A norma Operacional Básica do, SUAS, prevê a gestão das ações socioassistenciais que disciplina a descentralização administrativa do Sistema, a relação entre as três esferas do Governo e as formas de aplicação dos recursos públicos. Entre outras determinações, a NOB reforça o papel dos fundos de assistência social como as principais instâncias para o financiamento da PNAS, (MDS, 2014).

2.1.2 Benefícios assistencialistas

Quanto aos Benefícios Assistenciais, esses integram a política de assistência social e se configuram como direito do cidadão e dever do Estado. São prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços sociais assistenciais e de outras políticas setoriais, ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social estão abrangendo diversas áreas: saúde, combate à fome e educação, (MDS, 2014).

Segundo (MDS, 2014), existem duas modalidades de benefícios assistencialistas, são eles: os benefícios de prestação continuada da assistência social, e os benefícios eventuais.

Na primeira modalidade, benefícios de prestação continuada da assistência social, se enquadram às pessoas com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. Com a garantia de um salário mínimo, garantido pelo benefício de prestação continuada da assistência social, (MDS, 2014).

Na segunda modalidade, encontram-se os programas de benefícios eventuais, no qual o programa bolsa família está incorporado. Os Benefícios Eventuais caracterizam-se por seu caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, (MDS, 2014).

2.2 Políticas públicas educacionais

Desde a segunda metade dos anos 1990, o governo brasileiro vem implantando políticas econômicas e educacionais de ajustes, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza, adquire as condições de inserção do mundo globalizado, BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.(2006).

Para BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.(2006), nessas políticas citadas acima, faz-se presente o discurso da modernização dos processos de educação, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da ciência e da qualidade dos sistemas educativos da escola e do ensino, na ótica das reformas neoliberais de adequações às demandas e exigências do mercado.

BITTAR, M. et al (2006) a formulação das políticas públicas não pode, também, ignorar o fenômeno ambivalente da globalização .

Falando a respeito deste assunto, (TORRES et al, 2003), diz que, a educação pública desempenhou um papel fundamental na legitimação dos sistemas políticos e na integração e modernização dos países da América Latina. Os sistemas de educação pública da região foram todos desenvolvidos como parte do projeto de Estados liberais que procuravam estabelecer os alicerces da nação e da cidadania. TORRES afirma que como parte do seu projeto de desenvolvimento, o Estado concedia benefícios sociais a vastos setores da população.

Para (TORRES et al, 2003), a educação teve uma importância crucial nestes programas, uma vez que a escola de massas era considerada um meio de construção de uma cidadania nacional, formando uma base laboral produtiva e aumentando a mobilidade social.

Segundo (TORRES et al, 2003), é de extrema importância que a política educativa, seja baseada numa parceria entre movimentos sociais e Estado, que seja politicamente exequível, tecnicamente correta e eticamente sólida. Ainda segundo Torres, Freire reconhecia que a política, a competência técnica e a ética estavam profundamente interligadas em qualquer tentativa de reforma educativa.

“Só a educação pode dar conta da simetria no desenvolvimento social e econômico e justiça social, capacitando a população incorporando a ela o progresso científico-tecnológico, de modo a alcançar progressivamente a equidade social”, BITTAR, M. et al (2006).

É nesse contexto de necessidades de políticas voltadas para as áreas social e educacional que são lançados alguns projetos sociais no Brasil, dentre esses projetos encontra-se o programa bolsa família.

Lançado em outubro de 2003 como a principal bandeira dos programas sociais do governo Lula, o Programa Bolsa Família procura reduzir a pobreza e as desigualdades

existentes por meio da transferência de recursos monetários para as famílias que vivem em estado de extrema pobreza. (ESTRELLAI; RIBEIRO, 2014).

O programa bolsa família tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela [Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001](#), do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (MDS, 2014).

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução, citado na página 19.

O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2014). Para (ESTRELLAI; RIBEIRO, 2014) o Programa Bolsa Família é considerado um dos mais ambiciosos programas de benefício social na América Latina.

O programa Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2014).

Como já citado na página 18 a gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução.

Quanto ao repasse do benefício do programa bolsa família, todos os meses, o governo federal, deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher.

O PBF beneficiou, no mês de abril de 2014, 2.071 famílias, representando uma cobertura de 116,9 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 167,32 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 346.520 no mês (Censo IBGE 2010).

2.2.1 Programa bolsa escola

O programa bolsa escola tem como beneficiárias as famílias residentes no Município, com renda familiar per capita inferior ao valor fixado nacionalmente (máximo de R\$ 70) em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento (MDS, 2014).

A participação da União nos programas compreenderá o pagamento, diretamente à família beneficiária, do valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) por criança, até o limite máximo de três crianças por família (MDS, 2014).

O Programa Bolsa Escola foi implementado, pela primeira vez no Brasil, no ano de 1995 pelo governo do Distrito Federal. Em 1996, o Programa Bolsa Escola recebeu um prêmio das Nações Unidas tornando-se um modelo para o resto do país e sendo reaplicado em outras regiões. Em 1998, sete estados do Brasil (Amapá, Goiás, Tocantins, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Acre), quarenta e cinco municípios de São Paulo e outros nove municípios em outros estados já haviam implementado programas inspirados no Programa Bolsa Escola do Distrito Federal (FOCO, 2014).

Como consequência da expansão do Programa Bolsa Escola, o Ministério da Educação criou em 2001, o Programa Bolsa Escola Federal. As transferências do programa ficaram a cargo da Caixa Econômica Federal e a organização a cargo dos municípios, que deveriam preparar e organizar o registro das pessoas necessitadas do benefício e de fiscalizar a frequência nas escolas. Para fazer parte do programa o município tinha que criar um conselho

de controle social com participação de autoridades locais e líderes da comunidade. No ano de 2002, 5.545 municípios (99,7% de todos os municípios do Brasil), já haviam se inscrito no Programa Bolsa Escola Federal. O orçamento para o Programa Bolsa Escola Federal, no ano de 2002, foi de aproximadamente R\$ 2 bilhões e o programa conseguiu atingir, segundo o ministro da educação, 5 milhões de crianças naquele ano (FOCO, 2014).

É vedada a inclusão nos programas, por parte dos Municípios, de famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, enquanto permanecerem naquela condição, (MDS, 2014).

O programa bolsa escola tem por maior objetivo combater a evasão escolar e erradicar o trabalho entre crianças na idade entre seis e quinze anos de idade.

3. GESTÃO ESCOLAR

RODRIGUES, 2000, diz que a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança, particularmente, se destine.

Num meio moral em que o individualismo possibilitado pela diferenciação social compete à consciência coletiva própria a toda vida social, a educação assumi o significado de educação moral. Assumi a condição de pedra fundamental de preservação da coesão social. (RODRIGUES, 2000)

3.1 Evasão escolar

VALLA; STOTZ, 1994, escrevendo a respeito da evasão escolar comenta que a classe trabalhadora no Brasil, sempre lutou para que seus filhos pudessem estudar, no entanto, os filhos dessas famílias pouco usufruem desse direito, além disso, dos que conseguem acesso à escola pública, poucos permanecem. Os autores, comentando ainda com relação a esse, assunto dizem que isto ocorre devido às altas taxas de fracasso escolar, que é o caso das crianças com baixo rendimento em turma, aprovadas sempre com médias mínimas.

Existe um questionamento muito grande com relação à evasão escolar, porque ela dá a entender que a criança sai por vontade própria da escola, ou porque não se adapta a ela, ou porque precisa conseguir trabalho. Para (VALLA E STOTZ, 1994), a noção mais abrangente seria a “exclusão”.

Para LOPES, 2014, há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar - a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Para serem minimizados, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo,

podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes.

O que é visto como “abandono”, ou “fruto de necessidade”, pode, na verdade, ser consequência da decisão de que a escola, como caminho para promover a melhoria social da família, não vale a pena (VALLA; STOTZ, 1994).

O fracasso escolar é visto como uma questão individual, própria de cada aluno e seus “problemas”. As altas taxas de “fracasso” indicam por si mesmas, que não podemos responsabilizar apenas os alunos, ou apenas seus pais, ou apenas os professores pelos problemas da escola pública. Na verdade, não se trata de achar “culpados” pelo fracasso escolar, mas entender que essa questão, para ser resolvida, precisa começar a ser encarada de outro modo. É preciso compreender que ela, pela sua grandeza, não pode ser encarada como uma questão individual, mas social, coletiva. Ela ultrapassa a vida de cada aluno e mesmo de cada escola (VALLA; STOTZ, 1994, pg. 55).

3.2 Qualidade na educação

Qualidade para nós não é o regresso a uma qualidade velha, é criar uma nova qualidade no contexto de uma nova perspectiva social, política, econômica e histórica em que acreditamos. É, portanto, uma formação crítica aliada a uma formação técnica (TORRES, 2003).

Para FARENZENA, (2005), “a qualidade é um conceito complexo e abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos”.

As características da gestão, os juízos de valor, as propriedades que explicam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido, implicam múltiplas dimensões do conceito de qualidade, levando a busca da compreensão dos elementos subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da escola. Os insumos ou as condições para oferta de uma educação de qualidade são fundamentais para uma boa escola. Sobretudo se estiverem articuladas a dimensão organizativas e de gestão, que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presente no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos

nas relações de aquisição dos saberes escolares significativos e na busca da conquista das diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras (FARENZEMA, 2005, pg. 204).

Marx explica que a educação deve se preocupar, fundamentalmente, em se romper com a alienação do trabalho, provocada pela divisão do trabalho na fábrica capitalista (RODRIGUES, 2000).

Weber falando da educação diz que a superação das formas atrasadas e tradicionais de educação podia ser fonte de otimismo, se tratadas a partir da visão democrática que o mundo viu nascer no mundo pós-guerra (RODRIGUES, 2000).

Para FARENZEMA, 2005, a qualidade da escola deve ser uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articuladas com políticas públicas de inclusão e de resgate social.

FARENZEMA, 2005, ao fazer uma reflexão mais profunda, diz que, uma escola de qualidade não pode perder de vista a dimensão socioeconômica e cultural envolvida, uma vez que o ato educativo escolar se dá em contexto de posições e disposições no espaço social, em conformidade com o capital econômico, social e cultural dos sujeitos usuários da escola, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, de desvalorização social dos segmentos menos favorecidos “(baixo auto-estima)” de fracasso escolar.

Para Marx, os conteúdos educacionais devem contemplar três dimensões, que seria uma mental, uma física e uma educação tecnológica. RODRIGUES, explicando essas dimensões, fala que a educação mental seria a educação elementar para o trabalho intelectual, a educação física que é a educação do corpo tal como oferecida nos ginásios esportivos e, finalmente, a educação tecnológica que é a iniciação dos jovens no manejo dos instrumentos e máquinas.

Chamando a atenção para a educação pública brasileira, (VALLA E STOTZ, 1994), diz que, tanto quanto os pais de alunos, os professores das escolas públicas estão insatisfeitos com os resultados que conseguem obter em suas classes. Lutando sempre com os mesmos problemas (os baixos salários, excesso de alunos por turma, escolas em más condições de

funcionamento), os professores, de modo geral, se mostram descrentes com o ensino das escolas.

Temos uma história cultural e política de quase 500 anos de submissão. Temos uma “raça” de políticos que de fato, se têm recusado a preocupar-se com a educação. Temos a triste herança da ditadura com a deterioração das possibilidades culturais e económicas daí resultante. Temos espaços, quase sempre muito feios, a que chamamos escolas e que, na sua maior parte, estão carregadas de uma sensação de desespero avassalador. Temos uma classe dominante que ao longo da história privilegiou interesses estrangeiros, ou interesses que simplesmente são estranhos a maioria da população trabalhadora. Em suma, desta visão apocalíptica fica a certeza que só nos restam dois caminhos: uma corrida desenfreada no sentido de desistirmos, ou a tenacidade para recomeçarmos; o derrotismo niilismo ou daquela centelhazinha de esperança iluminadora que se diz apoderar-se dos corações daqueles que, pelo mundo fora, sobrevivem a cataclismo (TORRES, 2003, pg. 31).

3.3 Qualidade na educação no ensino fundamental

O processo educativo pode ser entendido como os aprendizados que conduzem à tomada de iniciativas que promovem as mudanças e os fortalecimentos das relações sociais e de grupos a partir do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores, princípios, hábitos e atitudes (JESINE; ALMEIDA, 2007).

Para PAULO, (2006), o acesso ao ensino fundamental é direito público, podendo qualquer cidadão acionar o Poder Público para exigí-lo. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração e com a assistência da União, recensear a população com idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso (PAULO, 2006).

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos seis anos de idade, e tem por objetivo a formação do cidadão, mediante: 1º. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; 2º. a compreensão do ambiente natural e social; 3º. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e o fortalecimento do vínculo de família, dos laços de solidariedade humana e de 4º. tolerância recíproca em que se assenta a vida social (PAULO, 2006).

Com o objetivo de melhorar a educação na alfabetização estadual de São Paulo, no ano de 1984 foi implantado o Ciclo Básico de Alfabetização. O Ciclo Básico possuía algumas

características semelhantes às da “organização em níveis” tais como: a eliminação da reprovação, remanejamento de alunos e respeito às diferenças individuais dos alunos. Anos mais tarde, essa forma de educação ganha expressão nacional. No ano 1993 Minas Gerais, Pará, Paraná, Goiás e Rio de Janeiro, já tinham aderido ao Ciclo Básico de Alfabetização (MAINARDES, 2007).

O Ciclo Básico reunia os dois primeiros anos no ensino fundamental, eliminando a reprovação na passagem do 1º para o 2º ano, esse plano tinha o objetivo de proporcionar aos alunos mais tempo para a aprendizagem e ainda reduzir de reprovação e evasão escolar (MAINARDES, 2007).

Com o objetivo do aperfeiçoamento da educação fundamental, alguns Estados adotaram medidas adicionais aos Ciclos Básicos, tais como estudos complementares para crianças com dificuldades de aprendizagem, reestruturação curricular, formação continuada dos professores e melhoria das condições de trabalho na escola (MAINARDES, 2007).

Segundo MAINARDES, (2007), o Ciclo de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os outros anos do ensino fundamental nos anos 1990, além da incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996.

A continuidade dos alunos no processo de aprendizagem permaneceu como um dos principais objetivos da política e outros princípios foram incluídos: os ciclos como uma forma de diminuir a seletividade e exclusão e uma alternativa de democratização da escola e acesso ao conhecimento (MAINARDES, 2007).

Para MAINARDES (2007) o primeiro benefício do Ciclo de Aprendizagem refere-se à ampliação do tempo para a aprendizagem. A introdução de mais um ano de escolaridade e a eliminação da reprovação dentro do ciclo permitiram que os alunos tivessem mais tempo para aprender, criando condições para uma continuidade no processo de aprendizagem, visto que as crianças que não são capazes de satisfazer às regras de sequenciamento, tornam-se mais dependentes do professor e das formas orais de discurso.

“Em termos numéricos, o Projeto de Ciclo de Aprendizagem no município investigado, reduziu as taxas de reprovação, evasão e de disparidade idade/série de forma significativa.

Essas taxas, no ano de 2000, foram de 12,1%, 0,8% e 13,1%, respectivamente, e caíram para 4,2%, 0,4% e 2,5%, em 2003” aqui em Santa Maria do Cambucá, (MAINARDES, 2007).

3.3.1 Rendimento escolar

A revista Carta Fundamental, a revista do professor, do Ministério da Educação, PNBE Periódicos 2014, traz informações de um estudo realizado nos Estados Unidos com relação à educação ao rendimento escolar. O tema dessa pesquisa é Sob Pressão.

Na pesquisa, dita acima, o defensor da aceleração da infância, CARL HONORÉ, fala a respeito dos riscos e da corrida rumo ao currículo perfeito e da administração excessiva da rotina das crianças, (HONORÉ, 2014).

Ter menos compromisso e mais tempo para não fazer nada é um dos princípios que norteiam o Slow, movimento cultural surgido nos Estados Unidos que começa a ganhar o mundo contra a prática que enche a agenda das crianças com diversas atividades em busca do currículo perfeito. “saborear as horas, em vez de correr contra elas, pode resultar em conexões mais profundas com pessoas, ideias e tarefas”, (HONORÉ, 2014).

“Tratamos as crianças como projetos. A terrível ironia é que, na verdade, as tornamos menos capazes de prosperar”, HONORÉ, 2014.

O Slow Parenting (pais sem pressa) tem a ver com trazer equilíbrio para o lar. As crianças precisam progredir, mais isso não significa que a infância deva ser uma corrida. Os “pais sem pressa” dão a seus filhos bastante tempo e espaço para explorar o mundo em seus próprios termos. Isso significa permitir-lhes descobrir quem eles são, em vez do que nós queremos que eles sejam. Significa aceitar que os tipos de aprendizado e experiência mais ricos muitas vezes não podem mensurar ou embalados em um currículo. Os pais sem pressa compreendem que a criação dos filhos não deve ser o desenvolvimento de um produto. Não é um projeto, é uma trajetória, (HONORÉ, 2014, pg. 08).

“Os pais, sem pressa, dão aos filhos tempo para explorar o mundo em seus próprios termos”, HONORÉ, 2014.

4. OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA PARA OS ALUNOS DA ESCOLA JOÃO SILVINO

Serão descritos a seguir, a metodologia utilizada, a apresentação dos dados e, também, a análise dos dados do presente estudo.

4.1 Metodologia

Pesquisa pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, (COSTA, 2010).

A pesquisa pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação de conhecer, ou prática, quando baseadas no desejo de conhecer para agir, (COSTA, 2010).

Para (GIL, 1995) apud COSTA, (2010), a pesquisa busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com as aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende ser bastante formalizado e objetiva à generalização, com vistas na construção de teorias.

Segundo BOURDIEU (1999) apud BONI; QUARESMA (2005), a escolha do método de pesquisa não deve ser rígida, mas sim, rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método, ou conjunto de métodos que forem utilizados, devem ser aplicados com rigor.

Para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível, estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigação. Dessa forma, quando existe certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar, (BONI; QUARESMA, 2005).

Com base na teoria listada acima fiz, a entrevista com duas professoras que tenho maior convivência e, conseqüentemente, maior facilidade em obter as respostas necessárias para o questionamento deste trabalho de monografia.

Segundo (COSTA, 2010), cada pesquisa tem um objetivo específico. COOPER, (2003) classifica as pesquisas em três grupos: 1º estudos explanatórios, 2º estudos descritivos e 3º estudos explicativos.

Neste trabalho de monografia realizei um estudo descritivo e explicativo com o objetivo de analisar quais os benefícios que o programa bolsa escola trouxe para os alunos da escola João Silvino.

GIL, (1995), falando a respeito de pesquisas explicativas afirma que, essas pesquisas, têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ainda para GIL, as pesquisas explicativas é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas, (COSTA, 2010).

A pesquisa explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificá-lo os motivos. Tem o objetivo de esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno, (VERGARA, 2007 apud COSTA, 2010).

As pesquisas descritivas têm como objetivo central a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e ainda o estabelecimento entre variáveis. GIL (1995) apud COSTA (2010). Para COOPER, (2003), um estudo descritivo busca descobrir respostas para as perguntas quem? o quê? Quando? Onde? E como?

VERGARA, (2007), apud COSTA (2010) a pesquisa descritiva expõe características de determinada população. No entanto, a pesquisa descritiva não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, todavia sirva de base para tal explicação. Pesquisas de opinião encontram-se nessa classificação.

Tendo em vista o referencial teórico acima citado, desenvolvi um estudo no intuito de descobrir o quanto o programa Bolsa escola contribuiu para o desenvolvimento escolar dos alunos da escola João Silvino.

Para obter as informações necessárias a esse estudo, fiz uma análise dos critérios para a obtenção do benefício estudado, essa análise fiz no site do MDS

(<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais>) e também realizei uma pesquisa de campo na qual entrevistei duas das quatro professoras que ministravam aula no ano de 2013, na escola estudada, com isso tive uma amostra de cinquenta por cento da população total.

Tal como está citado acima, a pesquisa que realizei com as professoras foi feita através de entrevista estruturada com o objetivo de reter o máximo e a melhor informação possível.

As entrevistas estruturadas foram elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, aquela em que as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo desse zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas, (BONI; QUARESMA, 2005 apud LODI 1974).

A pesquisa foi realizada no prédio da escola João Silvino, que fica localizado na cidade de Santa Maria do Cambucá. O período de realização da coleta de dados foi entre os dias 1 e 2 de Julho do ano 2014.

Para obter as respostas ao questionamento, foi feita uma pesquisa entrevista com duas das quatro professoras da escola João Silvino. Depois dos dados coletados, redigi todos eles, dados, de forma literal sem que houvesse nenhuma interferência por parte de outras pessoas, além dos entrevistados, com o objetivo de promover um trabalho com o máximo possível de confiança.

A escola João Silvino, na qual realizei minha pesquisa localiza-se na cidade de Santa Maria do Cambucá, no sítio Manduri, às margens da rodovia PE 90, e tem como órgão gestor o município. A escola é composta por duas salas de aula, um banheiro, uma cozinha e dois corredores.

Atualmente, (ano 2014), a escola conta com duas turmas de ensino infantil no turno da manhã, com 32 alunos, dois professores, um zelador e um merendeiro. Neste trabalho estudarei quais os benefícios que o programa bolsa escola trouxe para os alunos, beneficiados, que estudaram na Escola João Silvino, no ano 2013.

4.2 Realidade do município de Santa Maria do Cambucá.

No Município Santa Maria do Cambucá/PE, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em fevereiro de 2014 era de 3.827 dentre as quais (MDS 2014):

- 2.486 com renda per capita familiar de até R\$70,00;
- 2.999 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00;
- 3.586 com renda per capita até meio salário mínimo.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2013, atingiu o percentual de 97,13%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 2.063 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 2.124. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 97,51%, resultando em 510 jovens acompanhados de um total de 523, (Censo IBGE 2010).

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dez de 2013, atingiu 99,08%, percentual equivale a 2.053 famílias de um total de 2.072 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município, (Censo IBGE 2010).

Total de beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos) 2.063 11/2013 de (16 a 17 anos) 510 alunos, (Censo IBGE 2010).

Total de beneficiários acompanhados com frequência acima da exigida pelo Programa Bolsa Escola, mínima de 85% (6 a 15 anos) 1.990 alunos, total de beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos) 73 alunos, (Censo IBGE 2010).

Total de beneficiários com frequência acima da exigida (16 a 17 anos) 485 alunos, total de Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos) 25 alunos, total de beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos) 61, (Censo IBGE 2010).

4.3 Realidade das famílias com filhos na Escola João Silvino

Ao passo que fui realizando a pesquisa, (A análise dos benefícios que o programa bolsa escola trouxe para os alunos da Escola João Silvino) fui observando as condições de

vida das famílias, pais dos alunos estudantes da escola em questão, e tive a oportunidade de conhecer melhor a realidade da vida dessas pessoas.

Observei que grande maioria dos alunos da escola João Silvino é de famílias pobres e extremamente pobres, o que as habilita a receber o benefício do Programa Bolsa Família, vivem em condições, muitas vezes, precárias, muitos moram em casas alugadas de mínima infra ou quase nenhuma estrutura (casas com telhados muito velhos, pisos batidos, paredes rachadas...), vivem basicamente dos benefícios concedidos pelo Governo, principalmente benefício Bolsa Família, que engloba o Bolsa Escola. A grande maioria das famílias tem um número muito grande de filhos, quatro ou mais filhos, o que torna ainda mais difícil a vida deles.

4.4 Caracterização da organização

A Escola João Silvino foi construída no ano de 1973, o terreno para a construção do prédio foi doado pelo senhor João Silvino, por isso o nome da escola em homenagem ao doador do terreno, inicialmente a escola era composta por uma sala de aula um corredor e um banheiro. Alguns anos depois, foram construídas mais uma sala de aula e uma cozinha, totalizando duas salas de aula um banheiro e uma cozinha.

A Escola João Silvino é de responsabilidade da prefeitura de Santa Maria do Cambucá, e faz parte do patrimônio da secretaria de educação e esporte da cidade. A escola atende às crianças do ensino fundamental e funciona no turno da manhã e tarde.

A supervisão do ensino é feita por parte da secretaria de educação do município, que, por sua vez, é supervisionada pela GRE do Vale do Capibaribe- Limoeiro, endereço: Av. Jerônimo Heráclio, 359 Limoeiro - PE CEP: 55700-000, gestor da GRE Edjane Ribeiro dos Santos.

A jurisdição da GRE do Vale do Capibaribe abrange as seguintes cidades: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Lagoa de Itaenga, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Vertente do Lério, Vertentes (GRE Vale do Capibaribe, 2014).

A seguir é mostrado o organograma da escola João Silvino até o nível mais alto das instituições de ensino do Estado de Pernambuco.

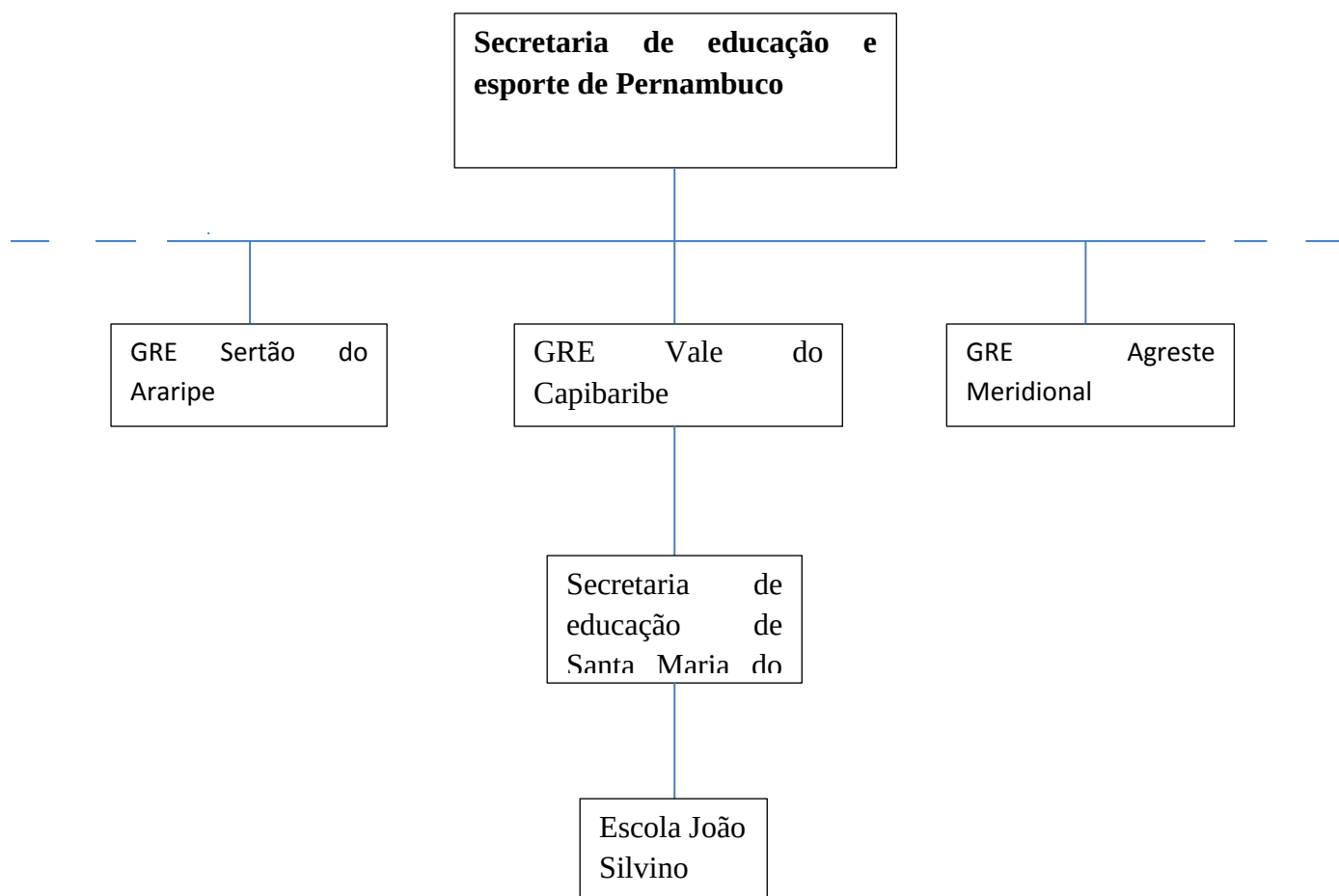


Figura 1: Organograma Geral

4.5 resultados e discussões

4.5.1 A influência do programa bolsa escola sobre a escola João Silvino

Chegou-se a quatro categorias de análise: identificação do perfil histórico profissional das educadoras que participaram da pesquisa, a identificação da relação (evasão escolar com o Programa Bolsa Escola), a relação trabalho infantil e qualidade escolar e a formação social, política, econômica e histórica dos alunos da Escola João Silvino.

Para a **identificação do perfil** das professoras, foram feitos alguns questionamentos nos quais abordavam o cargo exercido por elas e a experiência com relação temporária em sala de aula, as duas participantes da pesquisa demonstraram estar realizadas profissionalmente, pois ser professora foi o sonho das duas. Ambas participantes revelaram estar muito satisfeitas com a profissão exercida. Ao serem questionadas quanto ao tempo de exercício da profissão, a professora (A) trabalha a mais de dezessete anos em sala de aula e a professora (B) vinte e cinco anos.

Ao questionar as participantes com relação às perspectivas ao ingressar na profissão, as mesmas afirmaram “tínhamos certeza que não iríamos nos arrepender, pois ser professora era nosso sonho de criança e hoje somos muito felizes, amamos nossa profissão” (B), (A).

Com relação à **evasão escolar**, VALLA; STOTZ, 1994 comenta que a classe trabalhadora no Brasil sempre lutou para que seus filhos pudessem estudar, porém, os filhos dessas famílias pouco usufruem desse direito, além disso, dos que conseguem acesso à escola pública, poucos permanecem. Para VALLA, esse fenômeno ocorre devido às altas taxas de fracasso escolar, que é o caso das crianças com baixo rendimento em turma, aprovadas sempre com médias mínimas.

Em 8 anos, o Brasil reduziu os índices da evasão escolar provocada por fatores relacionados à pobreza. A taxa de jovens de baixa renda, na faixa dos 19 anos, que deixaram a escola sem concluir o ensino médio, caiu de 55%, em 2004, para 40%, em 2011 – redução de 15 pontos percentuais (MDS).

O controle de presença em aula, dos alunos, é feito pelos professores tanto no diário quanto nas planilhas do programa Bolsa Escola. As planilhas são entregues mensalmente as secretarias de educação não ficando a disposição da escola daí a dificuldade em saber exatamente a porcentagem da diminuição da evasão escolar na escola João Silvino, e os diários são entregues anualmente as secretarias de educação também não ficando à disposição da escola. No entanto para a participante (B), é evidente a redução da evasão escolar nos últimos anos, mais precisamente depois do ano de implantação do programa Bolsa Escola, 2012, os alunos estão indo a escola. A participante (B), afirma que o índice de evasão escolar dos alunos da Escola João Silvino antes do Programa era de aproximadamente de até trinta por cento enquanto que hoje esse índice é uma média de aproximadamente dois por cento.

Percebe-se, claramente, com base nos dados citados acima, que o índice de evasão escolar diminuiu com o Programa Bolsa Escola, porém, é necessário examinar se esse índice pode ser considerado uma melhor qualidade do ensino. É nesse sentido que foram questionadas as participantes da pesquisa, o seguinte questionamento: que perspectiva vocês têm observado após a implantação do Programa Bolsa Escola com relação à evasão escolar? Foi aí que ficou evidente um questionamento que relaciona a evasão escolar com a qualidade escolar, palavras da participante (A) “Em relação à evasão escolar melhorou muito, os alunos estão frequentando a escola, mas o desenvolvimento das atividades escolar ainda está um pouco a desejar, poderia ser bem melhor se os alunos participassem das aulas e se os pais contribuíssem com o aprendizado dos seus filhos, cobrando deles mais estudos e disponibilidades para realizar juntos as atividades escolares. Os pais deixam todas as responsabilidades para os professores isso não é justo, e os pais fazem o quê? A evasão escolar foi resolvida e o aprendizado como fica”?

Ao analisar o parágrafo anterior, fica claro que os alunos estão indo para a escola com maior frequência, no entanto, essa frequência escolar não significa que os alunos estão se desenvolvendo com mais eficiência. Para FARENZENA (2005), a qualidade é um conceito complexo e abrangente, que envolve múltiplas dimensões.

Palavras da participante (B) “Após o Programa Bolsa Escola, a evasão escolar diminuiu muito, não só na nossa escola, mas em todo o município, os pais se preocupam muito em manterem os filhos na escola para poderem ter o seu benefício garantido, principalmente, aqueles que são de baixa renda”. Observa-se que os pais estão mais

preocupados em mandar seus filhos para a escola para não perderem o benefício do Programa e não para que seus filhos tenham uma boa educação.

Com relação ao **trabalho infantil e qualidade escolar** para HONORÈ, (2014), ter menos compromisso e mais tempo para não fazer nada pode ser uma ajuda ao aluno no desafio para atingir uma melhor educação. Ao analisar a pesquisa feita para esse trabalho, observou-se que com a ajuda do benefício do programa (Bolsa Escola) houve uma diminuição no trabalho infantil.

Os pais dos alunos, para receber o benefício do programa em questão devem mandar seus filhos para a escola para que o número de faltas, desses alunos, não ultrapasse 15%, com esse critério para a obtenção do benefício, os pais são obrigados a mandar os alunos para escola, o que impossibilita o trabalho infantil. (B) “Com certeza, o programa bolsa escola contribuiu com a redução do trabalho dos alunos da escola João Silvino”.

Com a redução do trabalho infantil, as crianças têm mais disponibilidade para se dedicarem aos estudos, com isso, os alunos, se desenvolvem com maior eficiência na educação, o que se torna um aliado na luta para melhorar a educação pública, (A) “com a ajuda do programa, os pais mandam, não precisa que as crianças trabalhem, com isso, essas crianças terão tempo e disponibilidade para desenvolver as atividades escolares, tendo com isso, um excelente rendimento escolar”.

No que diz respeito à **formação social, política, econômica e histórica** dos alunos da Escola João Silvino, Para FARENZEMA, 2005, a qualidade da escola deve ser uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articuladas com políticas públicas de inclusão e de resgate social.

Uma escola de qualidade não pode perder de vista a dimensão socioeconômica e cultural envolvida, uma vez que o ato educativo escolar se dá em contexto de posições e disposições no espaço social, em conformidade com o capital econômico, social e cultural dos sujeitos usuários da escola, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, FARENZEMA, 2005. (A) “O Programa Bolsa Escola veio para melhorar a situação das famílias que necessita de ajuda financeira. Esses programas sociais auxiliarão no desenvolvimento de habilidades para que possam usar futuramente, no meio em que vivem. Observou-se, ainda, que a ajuda financeira financiada pelos programas

assistencialistas, por exemplo, Bolsa Família, aos pais, possibilita que os filhos possam participar de outros projetos, porque não necessitam de ajudar na renda familiar, ajudando, assim, essas crianças a terem uma melhor educação e, assim, serem pessoas com um melhor conhecimento e senso crítico.

Para a participante (A) “a criança com tempo de descanso, um bom relacionamento com os pais, e os pais tendo a ajuda do programa Bolsa Escola, tudo isso, facilitará no rendimento escolar e o aprendizado do seu filho”.

Para a participante (B) o programa Bolsa Escola é um dos melhores programas do governo federal, em que, além de ajudar as famílias, levam os alunos a terem uma boa frequência nas escolas, tira as crianças do trabalho infantil, só assim, eles podem ter mais tempo para o lazer e para realizar suas atividades, desenvolvendo melhor sua capacidade de aprendizagem. Valeu mesmo a pena a implantação desse programa que só veio beneficiar. No entanto, para a participante (A) o programa Bolsa Escola tem beneficiado os alunos no que diz respeito à evasão escolar e ao trabalho infantil, entretanto, não significa que esse melhoramento nessas variáveis, venha apontar uma melhor condição da qualidade do ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada neste trabalho, observa-se que os profissionais da área da educação, encontram-se divididos quanto à percepção de melhoria da qualidade do ensino público ligado ao programa Bolsa Família.

Como pode ser observado na pesquisa no capítulo anterior, não fica claro se o Programa Bolsa Escola contribuiu para o desenvolvimento de uma educação de boa qualidade, no entanto, percebe-se que houve uma melhora significativa na condição social das famílias, beneficiadas pelo programa, e, conseqüentemente, uma melhoria na vida social das mesmas.

No quesito evasão escolar, fica evidente que o programa Bolsa Escola trouxe uma enorme contribuição para a educação, colocando os alunos na escola, seja por vontade própria desses alunos seja por obrigatoriedade dos pais, que querem receber o benefício no final do mês. Portanto, o objetivo do programa com relação à evasão escolar é um sucesso.

Com respeito ao trabalho infantil, fica claro que o programa é eficaz, pois os pais que necessitavam da ajuda dos filhos para auxiliar na renda familiar, agora têm uma ajuda de custo financiada pelo programa, com essa ajuda, os pais não necessitam do trabalho das crianças e, agora, com outros programas que dão suporte ao programa Bolsa, Escola as crianças que tinham que acompanhar os pais no trabalho, por não terem com quem ficar, agora têm o direito de ficar em um local com acompanhamento desses programas que auxiliam o Bolsa Família.

O programa Bolsa Família tem beneficiado muitos alunos e não só esses alunos, mas também seus familiares no quesito erradicação do trabalho, o programa tem tido muito sucesso e também, no quesito evasão escolar, em que o programa tem uma excelente atuação, entretanto, fica a desejar quanto à questão da qualidade do ensino ou da educação de qualidade.

O que fica claro, é que as pessoas não têm uma definição generalizada do termo qualidade do ensino, para algumas pessoas o programa Bolsa Escola é excelente, para outras ele deixa a desejar.

Pode ser que as pessoas confundam o fato de os alunos estarem em sala de aula com o termo qualidade escolar, o que se sabe, é que o termo qualidade pode ser algo muito subjetivo, e isto pode causar esse conflito entre o programa Bolsa Escola em ser um agente que traga boa qualidade escolar.

Para finalizar, o programa Bolsa Escola trouxe vários benefícios para os alunos da escola João Silvino (redução de quase cem por cento da evasão escolar, erradicação, praticamente total do trabalho infantil, e uma melhor condição social às crianças e seus pais).

6. Referências

BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. Gestão e Política da Educação. Rio de Janeiro: Editora DPO&A 2006.

BOLUFLEUER; PEDRO, J. Pedagogia da Educação da Ação Comunicativa. 3ª Edição, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2001.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_ciencias_sociais.pdf> Acesso em 19 de julho de 2014, 11:08:30.

CAPIBARIBE, G. V. Jurisdição, disponível em <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=110>> acesso em 22 de agosto de 2014, 22:13:46.

CAPIBARIBE, G. V. gestor, disponível em <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=110>> acesso em 22 de agosto de 2014, 22:07:13.

CAPIBARIBE, G. V. endereço, disponível em <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=110>> acesso em 22 de agosto de 2014, 22:05:32.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de Pesquisa em Administração. 7ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, M. F. métodos de pesquisa em administração. Caruaru: artigo científico, 2010.

FAMÍLIA, RI. B. F. C. U. Santa Maria do Cambucá. Censo IBGE 2010. Disponível em: <(RI Bolsa Família e Cadastro Único, SANTA MARIA DO CAMBUCÁ (PE) IBGE: 261270 População (Censo IBGE 2010).

FARENZENA, N. Custos e Condições de Qualidade da Educação em Escolas Públicas, Brasília DF: Editora Inep, 2005.

FOCO, T. Origem. 2014. Disponível em: <<http://www.tudoemfoco.com.br/bolsa-escola.html>> Acesso em: 20 de jul. 2014, 22:17:38.

FOME, M. D. S. Benefícios assistencialistas. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais>> Acesso em 15 Maio 2014, 16:04:33.

FOME, M. D. S. Assistenciasocial. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>> Acesso em 23 de Maio 2014, 15:38:49.

HONORÉ, C. Carta Fundamental. 56. Editora Confiança, março 2014.

JEFFERSON, M. Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JESINE, E. ; ALMEIDA, M. L. P. educação e movimentos sociais. Carpina, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

LOPES, N. Como combater o abandono e a evasão escolar, disponível em <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml>> Acesso em 16 de Agosto de 2014, 17:57:30.

MEYERPIRES. Abrangência da Administração Pública. Disponível em: <<http://www.meyerpires.pro.br/Abrang%EAncia%20da%20Gest%E3o%20P%FAblica%20para%20fins%20de%20controle.doc>>. Acesso em: 20 de jul. 2014, 16:48:11.

MDS, Bolsa Família contribui para reduzir evasão escolar de jovens, aponta pesquisa, disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/abril/bolsa-familia-contribui-para-reduzir-evasao-escolar-de-jovens-aponta-pesquisa>> acesso em 16 de Agosto de 2014, 18:07:30.

PAULO, A. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96. IV. Série. 10ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

PLANALTO. Leis/L8742. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em 15 Maio 2014, 16:23:45.

REV. ADM. PÚBLICA VOL.42 no.3 Rio de Janeiro May/June 2008 Juliana EstrellaI;
Leandro Molhano RibeiroII Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa
Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada*

RODRIGUES, A. T. sociologia da educação. Coleção: o que você precisa saber.... Rio de
Janeiro: editora DP&A, 2000.

TOORES, C. A. ; O'CADIZ, M. P. ; WONG, P. L. Educação e Democracia. Biblioteca
Freiriana V.4. São Paulo: Editora Cortez Janeiro de 2003.

VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. educação saúde e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Vozes,
março de 1994.

WIKIPEDIA. Desenvolvimento Social. Disponível em
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_social> Acesso em 23 de Maio 2014,
16:12:30.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Perguntas:

No questionamento feito às professoras, as perguntadas foram divididas em três blocos para facilitar o raciocínio dos entrevistados, as questões foram as seguintes:

Primeiro bloco de questões: (questões relacionadas com a carreira profissional).

1. Qual o cargo que você exerce e exerceu na escola João Silvino e em outras escolas?
2. Há quanto tempo você exerce essa função?

Segundo bloco de questões: (questões que envolvem a relação do Programa Bolsa Escola com a escola João Silvino, levando em conta a taxa de evasão escolar).

3. Qual sua percepção com relação à evasão escolar dos alunos da escola João Silvino antes e depois do programa Bolsa Escola?
4. Que perspectiva você tem, após o programa Bolsa Escola com relação à evasão escolar?
5. Qual sua opinião sobre a relação do programa Bolsa Escola com a evasão escolar?

Terceiro bloco de questão: (questões que relacionam o programa Bolsa Escola com o termo qualidade escolar).

6. O programa bolsa escola contribui com a redução de trabalho infantil entre os alunos da escola João Silvino?
7. O Programa Bolsa Escola contribui com uma formação social, política, econômica e histórica dos alunos da escola João Silvino?
8. Estudos realizados nos Estados Unidos apontam que crianças com mais tempo de descanso, desenvolvem melhor a capacidade de aprendizagem Um dos objetivos do

programa Bolsa Escola é a erradicação do trabalho infantil. Você, enquanto professora, fale a respeito desse tema.

